



Viseu, 7 de maio de 2019

## **REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE) PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Informamos todos os nossos Associados, que foi prorrogado **ATÉ 30 DE JUNHO DE 2019**, o prazo para a realização da Declaração Inicial do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), constituídas até 1 de outubro de 2018, independentemente da sua natureza jurídica.

Inicialmente, os prazos previstos eram os seguintes:

- Entidades sujeitas a registo comercial – de 1 de janeiro a 30 de abril 2019;
- Outras entidades – de 1 de maio até 30 de junho 2019.

Com esta decisão, todas as entidades sujeitas a registo comercial que já se encontravam constituídas em 1 de outubro de 2018, podem efetuar, sem quaisquer penalidades, a declaração inicial do beneficiário efetivo até 30 de junho de 2019.

O alargamento do prazo foi publicado pelo Despacho nº4510/2019, de 3 de maio, assinado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

## **CONTRATO GERAÇÃO**

O Contrato Geração consiste num apoio financeiro às empresas que celebrem contrato de trabalho sem termo e em simultâneo, de jovens à procura do 1º emprego e de desempregados de longa ou muito longa duração, inscritos no IEFP, com obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

Esta medida foi criada e regulada pela Portaria 112-A/2019, de 12 de abril.

### **Destinatários**

São destinatários desta medida os desempregados inscritos no IEFP, e se encontrem numa das seguintes situações:

- Jovens à procura do 1º emprego, com idade até aos 30 anos, inclusive, que nunca tenham prestado atividade ao abrigo de contrato de trabalho sem termo;
- Desempregados de longa duração (há 12 meses ou mais), que tenham 45 ou mais anos de idade;
- Desempregados de muito longa duração (Há 25 meses ou mais), que tenham 45 anos ou mais anos de idade.

### **Quem se pode candidatar?**

Podem candidatar-se todas as pessoas singulares ou coletivas, de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos.

As empresas que estejam em processo especial de revitalização (PER), processo de recuperação ao abrigo do regime extrajudicial de recuperação de empresas (RERE) ou processo no sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial em curso antes da entrada em vigor do RERE, podem candidatar-se a esta medida, devendo fazer prova da situação em que se encontram.

**Apoios**

**1 – Apoio Financeiro – atribuído pelo IEFP**

O apoio financeiro corresponde a 9 vezes o valor indexante dos apoios Sociais – IAS (€ 435,76)

Este apoio pode ter as seguintes majorações, que podem ser cumuláveis entre si:

10% no caso de contratação desempregado que se encontre numa das seguintes situações:

- Beneficiário do Rendimento Social de Inserção;
- Pessoa com deficiência e incapacidade;
- Pessoa que integre família monoparental;
- Pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP;
- Vítima de violência doméstica;
- Refugiado;
- Ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida ativa;
- Toxicodependente em processo de recuperação.

10% no caso de posto de trabalho estar localizado em território economicamente desfavorecido.

	<b>APOIO FINANCEIRO</b>	
<b>APOIO SIMPLES</b>	<b>APOIO MAJORADO EM 10%</b>	<b>APOIO MAJORADO EM 20%</b> <b>(Cumulação das duas majorações)</b>
<b>9xIAS=9x€435,76=€ 3.921,84</b>	<b>9xIASx1,1=€3.921,84x1,1=€ 4.314,02</b>	<b>9xIASx1,2 = € 4.706,21</b>

Ao abrigo da medida Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho, quando se trate de contratação de desempregados de sexo sub-representado em determinada profissão (profissão em que não se verifique uma representatividade de 33.3% em relação a um dos sexos), o apoio é majorado em 30% do apoio atribuído.

**2 – Apoio atribuído pelo Instituto da Segurança Social**

O apoio é a dispensa ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral da segurança social, na parte relativa à entidade empregadora, nos seguintes termos:

- Pela contratação de jovem à procura do 1º emprego – redução temporária de 50% da taxa contributiva da responsabilidade da entidade empregadora, durante um período de 5 anos;
- Pela contratação de desempregado de longa duração - redução temporária de 50% da taxa contributiva da responsabilidade da entidade empregadora, durante um período de 3 anos;
- Pela contratação de desempregado de muito longa duração - isenção temporária de 5 taxa contributiva da responsabilidade da entidade empregadora, durante um período de 3 anos;

## **Formação Profissional**

A entidade empregadora tem a obrigação de proporcionar formação profissional ajustada às competências requeridas pelo posto de trabalho, numa das seguintes modalidades:

- Formação em contexto de trabalho, pelo período mínimo de 12 meses, mediante acompanhamento de um tutor designado pela entidade empregadora;
- Formação, em entidade formadora certificada, com uma carga horária mínima de 50 horas e realizada, preferencialmente, durante o período normal de trabalho.

## **Candidatura**

A candidatura deve ser efetuada no portal do IEFOnline (<https://iefponline.iefp.pt>) no formulário medida contrato – emprego.

Estamos ao dispor dos nossos associados para prestar todo o apoio e informações necessárias

**CONHECER PARA CRESCER**

**AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu**  
Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões – 3500 618 Viseu  
Tel: 232470290 Fax: 232470299 Email: [chenriques@airv.pt](mailto:chenriques@airv.pt) [www.airv.pt](http://www.airv.pt)